



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM)
DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS
ADMINISTRATIVOS (DEACO)
DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DICOL)
SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS
ADMINISTRATIVOS PERMANENTES (SEAPE)

Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP)		ATA DE REUNIÃO Nº 05/2023
Data: 25.09.2023	Horário: 15h	Local: Sala 905 da SGADM

Presentes na reunião, realizada de forma presencial (Sala de reuniões da SGADM), os seguintes participantes:

Des. **Sérgio Ricardo de Arruda Fernandes**, Presidente da Comissão;
Juíza **Fernanda Xavier de Brito**, Auxiliar da Presidência;
Juíza **Renata Guarino Martins**, Auxiliar da Presidência;
Sr. **Carlos Mauro Brasil Cherubini**, Secretário-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC);
Sr. **Bruno Coelho Silva**, Secretário-Geral de Logística;
Sra. **Michele Vieira de Oliveira**, Diretora do Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP);
Sra. **Iara Silva Fraguas Sym**, representante do DEGEP/DIPEP e
Sra. **Virna Pery Amorim**, representante da SGTEC.

O Des. **Sérgio Ricardo de Arruda Fernandes**, presidente da Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP), saúda a presença de todos e dá abertura aos trabalhos às 16h05min.

Inicialmente, fica consignada a ausência devidamente justificada do Dr. **João Luiz Ferraz de Oliveira Lima**, Juiz Auxiliar da Presidência.

Em seguida, a palavra é concedida à Sra. **Michele Vieira de Oliveira**, Diretora do Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP), que passa ao exame do primeiro item da pauta.

1. Cumprimento da Deliberação (RAE nº 04/2023 –21/08/2023)

A **Diretora do DEGEP** faz apresentação das deliberações pronunciadas pelo Colegiado (PowerPoint anexado). Aponta aquelas já cumpridas e destaca as três ações em andamento, a saber:

- ✓ Formulário eletrônico para aplicação de pesquisa de Clima Organizacional;

- ✓ Ofício ao NUPEMEC para informar os dados quantitativos sobre as conciliações e mediações realizadas pelos CEJUSC's;
- ✓ Correio eletrônico aos membros da Comissão para apresentação e análise dos resultados sobre a possibilidade de se comparar percentualmente o quantitativo de dados dos processos em arquivamento definitivo com autos sem baixa.

Em breve debate, **os membros** expõem os diversos entraves que impedem o deslinde das deliberações.

Quanto aos dados quantitativos sobre as conciliações e mediações realizadas pelos CEJUSC's, o Sr. **Carlos Mauro Brasil Cherubini**, Secretário-Geral de Governança, Inovação e Compliance, aponta a ausência de conceitos gerenciais como fator que dificulta o repasse dos dados e menciona o auxílio prestado, assinalando que os agentes cuidam da área operacional, das conciliações, mas têm dificuldades em indicar as metas que querem alcançar.

A **Dra. Fernanda Xavier de Brito**, Auxiliar da Presidência, comunica que os CEJUSCs estão sendo fomentados para um projeto denominado Feirão Limpa Nome, relatando que a última ação realizada, na cidade de Três Rios, resultou em mais de 1300 acordos. **A magistrada** divulga que, conquanto celebrados em fase pré-processual, existe a tentativa de se viabilizar a inserção deste montante no sistema, para efeito de melhora no quadro estatístico.

A respeito do percentual de processos em arquivamento definitivo, a **Sra. Michele Vieira de Oliveira** revela a procura por dados mais amplos e o conseqüente levantamento dos números referentes ao arquivo especial. Constata que, a priori, tanto os processos incluídos no arquivo especial, como aqueles contidos no arquivo provisório, que migraram para o arquivo definitivo, não contribuem para os requisitos do prêmio CNJ.

A **Sra. Virna Pery Amorim**, representante da SGTEC, explica que o arquivamento especial foi criado para fins estatísticos e que seu acervo está inserido processos extraviados ou acidentados, sem possibilidade de restauração ou recuperação, esclarecendo que para efeitos estatísticos seu quantitativo não faz diferença, mas apenas interfere no cumprimento ou não de um apontamento do CNJ.

O **Sr. Carlos Mauro Brasil** acrescenta que, para o sistema, os arquivos especial e provisório são entendidos como arquivamento definitivo, salientando que, por isso, a migração dos processos existentes do arquivo especial para o definitivo, embora atenda a uma exigência do CNJ e possa causar impactos no quantitativo líquido do PJERJ, não geram qualquer mudança na taxa de congestionamento.

A Comissão conclui que a solução a ser buscada para saneamento dos processos constantes do arquivo especial exigirá um plano de ação levado a efeito pelas esferas competentes da alta administração, a longo prazo, não havendo qualquer providência a ser tomada, de plano, pelo Colegiado.

2. Planejamento Estratégico 2021-2026

- Projetos Estratégicos - Resultado consolidado até agosto/2023

Dando continuidade à pauta de reunião, a **Sra. Michele Vieira de Oliveira** apresenta em gráficos os números atinentes aos resultados consolidados dos projetos estratégicos, informando que o Poder Judiciário apresenta 19 (dezenove) projetos estratégicos, dos quais 18 (dezoito) estão em execução e 01 (um) concluído. Considerando os projetos em execução, registra que 07 (sete) projetos estão dentro do prazo, 06 (seis) adiantados e 05 (cinco) projetos estão em atraso.

Em relação ao biênio, anuncia que, dos 100% serem realizados até o final da gestão, ao fim de 2024, foram concluídas 35,47%, número considerado muito bom.

- Projetos alterados para análise

A **Diretora do DEGEP** apresenta aos membros proposta de alteração do projeto de aquisição de Novo Sistema de Pessoal. Notícia que estudos elaborados pela SGTEC e pela SGPEs, assim como os debates realizados entre essas unidades, demonstraram que a aquisição de um novo sistema de RH não seria vantajosa para o Poder Judiciário.

A esse respeito, o **Sr. Carlos Mauro Brasil** sugere que a Comissão indique à Presidência do Tribunal que a alteração de escopo transforma a aquisição de Novo Sistema de Pessoal em um projeto importante, comprometendo, no entanto, o seu caráter estratégico.

Assim, o Colegiado delibera no sentido de sugerir à Presidência do PJERJ que o projeto de aquisição de Novo Sistema de Pessoal, embora importante, deixe de ser considerado estratégico, em face da alteração de seu escopo. (Deliberação 01)

Logo após, a **Sra. Michele Vieira de Oliveira** reporta ao Colegiado a adaptação do escopo do projeto estratégico de implementação e atualização do gerenciamento de serviços baseados no ITIL4. Esclarece que, após reavaliação, foi concluído que o trabalho pode ser realizado por grupo de trabalho constituído por servidores da SGTEC, informando que a supressão dessa etapa implicará em redução dos custos do projeto, de R\$ 3.429.304,64 para 0, porque não haverá mais necessidade de contratação.

Ato contínuo, a **Diretora do DEGEP** menciona dois projetos da SGADM, destacando que o Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na base de dados de Jurisprudência manteve seu escopo, mas com revisão da implementação, de 0 para 78%; e que houve revisão do projeto de Revitalização do Museu da Justiça, com significativa redução de seus custos, de R\$ 2.209.961,36 para R\$ 768.024,00.

Na oportunidade, a **Sra. Jacqueline Leite Vianna**, Secretária-Geral da SGADM, alude a expectativa de redução ainda maior dessas despesas, diante da iminência de nova revisão, planejada para janeiro ou fevereiro do próximo ano.

A Secretária-Geral elucida que, em face da atualização promovida no projeto de Política de Revitalização do Museu, dos 57% planejados para 2023, 36% já foram cumpridos, o que

corresponde a 63% do total para o biênio, afirmando que o projeto se encontra, portanto, totalmente em dia.

Assim, considerando a previsão de integralização 03/11/2023 em mantendo-se o atual escopo, o colegiado delibera pela desnecessidade de aumento de escopo do Projeto Estratégico de aprimoramento da Pesquisa de Jurisprudência, autorizando-se a baixa da Deliberação nº 01 da Ata nº 04/2023/COGEP.

- Projetos em atraso

Previamente, a **Sra. Michele Vieira de Oliveira** faz breve ressalva sobre a Política de Revitalização do Museu da Justiça, sublinhando que, como explicitado, o projeto foi considerado em atraso, no bojo da apresentação, apenas em razão da falta de atualização quanto à revisão promovida, o que será corrigido na próxima reunião do Colegiado.

Na sequência, passa a discorrer sobre os projetos efetivamente com ações em atraso, conforme slides 14-23 da apresentação em PowerPoint:

- ✓ Contratação para fornecimento e Instalação de Sistema Fotovoltaica;
- ✓ Novo Sistema de Pessoal;
- ✓ Aquisição e Implantação de Infraestrutura de Nuvem;
- ✓ Implementação e atualização do gerenciamento de serviços baseados no ITIL4.

A **Diretora do DEGEP** segue indicando o percentual atualizado das metas alcançadas e **os membros** debatem as peculiaridades das ações, bem como as dificuldades, inclusive políticas, para a conclusão de cada projeto.

- Indicadores Estratégicos 2021/2026

Em seguida, a **Sra. Michele Vieira de Oliveira** faz detalhamento dos indicadores estratégicos, citando os avanços alcançados a partir da definição firmada pelo Colegiado, no sentido de determinar o envio de e-mail às unidades responsáveis pela medição. Pontua que a medida gerou retorno positivo da maioria das metas e descreve as ações pensadas para remediar os indicadores pendentes.

3. CNJ: Prêmio CNJ de Qualidade 2023

A **Sra. Michele Vieira de Oliveira** apresenta ao Colegiado o resultado final do Ranking da Transparência CNJ 2023. Assinala que foi alcançado o resultado de 91,71%, e que, atualmente, dos 84 itens que compõem o ranking, apenas 05 (cinco) não são atendidos, mas com solução pensada para cumprimento imediato de boa parte destes, o que cria expectativa para grande melhora.

Quanto às informações para o Prêmio CNJ de Qualidade, a **Diretora** estima que o PJERJ apresente o número preliminar 59,48%. Nessa esteira, explicita que no eixo de governança, o Tribunal cumpre aproximadamente 90%; no eixo transparência, 75% a 80%; no eixo dados e tecnologia, entre 70% a 75%. Mas no eixo produtividade o Poder Judiciário

cumpra um pouco menos de 30% das exigências, empurrando o resultado para baixo no ranking geral, em posição menor do que o SELO PRATA.

O **Sr. Carlos Mauro Brasil** repercute os números e alinha breve argumentação sobre a falta de articulação e de orientação aos responsáveis pela pontuação, identificando a ausência de gerenciamento como fator que impede a fluência do trabalho e melhoria dos números.

A **Dra. Renata Guarino Martins**, Juíza Auxiliar da Presidência, sinaliza que a solução pensada consiste exatamente em se dissecar quais seriam esses pontos, assim como identificar os Órgãos Colegiados sobre os quais as proposições estariam respectivamente inseridas, a fim de que sejam traçadas as pertinentes orientações, tendo como ponte gerencial e de articulação a Secretaria-Geral de Governança.

A **Sra. Jacqueline Leite Vianna** sugere a realização de reunião com os presidentes de alguns Colegiados, especialmente aqueles com atribuição por competência, para efeito de propiciar um olhar estatístico às outras Comissões e o entendimento sobre a necessidade e tipo de articulação que deve ser feito.

O **Des. Sérgio Ricardo de Arruda Fernandes** assente que, terminado o trabalho de levantamento das proposições e respectivas Comissões, o Colegiado pode considerar a oportunidade de marcar uma reunião, como sugerido, para apresentação das propostas de melhoria, solicitando a atuação de cada Comissão, na sua área específica, e que se perquirira eventual resultado pendente de ser alcançado.

Finalmente, a **Diretora do DEGEP** divulga a realização do Encontro Nacional do Poder Judiciário, entre os dias 04 e 05 de dezembro, evento no qual serão anunciadas a pontuação final dos Tribunais e suas respectivas colocações no Prêmio.

O Presidente da Comissão agenda nova reunião para o dia 13/11/2023, às 15h.
(Deliberação 02)

Nada mais havendo a apreciar, o **Des. Sergio Ricardo de Arruda Fernandes** agradece a presença de todos e dá a reunião por encerrada às 15h55min.

Desembargador SERGIO RICARDO DE ARRUDA FERNANDES

Presidente da Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (**COGEP**)

Deliberação		Responsável	Prazo
1	Sugerir à Presidência do PJERJ que o projeto de aquisição de Novo Sistema de Pessoal, embora importante, deixe de ser considerado estratégico, em face da alteração de seu escopo.	SGGIC	05 (cinco) dias
2	Enviar convite para a Reunião designada para 13/11/2023, às 15h.	DICOL	Imediato

Deliberações Encerradas		Ata de Origem	Razão
1	Apresentar proposta de aumento do escopo do Projeto Estratégico de aprimoramento da Pesquisa de Jurisprudência, a ser promovido pela Secretaria-Geral de Administração (SGADM), a fim de se contemplar de forma ampla o Portal do Conhecimento como de natureza estratégica, para posterior encaminhamento à Comissão e avaliação dos membros sobre a reestruturação.	Ata nº 04/2023	Perda de objeto